

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, NA CIDADE DE ITAGI.

Emília Gomes Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
milgomes9@hotmail.com

Ana Cristina Santos Duarte

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
tinaduarte2@gmail.com

Resumo: A educação inclusiva tem sido tema de debate no mundo inteiro. No Brasil a discussão se intensificou na década de 90, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/1996, que recomenda o atendimento das pessoas com deficiência, preferencialmente na escola regular. Isso tem provocado nos professores um sentimento de insegurança, devido à falta de preparo para trabalhar na perspectiva da inclusão. Entretanto, o número de matrículas de alunos com deficiência na escola regular tem aumentado e os professores não podem mais fechar os olhos para essa realidade, que exige mudança de atitudes e metodologias. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo identificar as atividades desenvolvidas nas escolas de Ensino Fundamental I, na perspectiva da educação inclusiva, na cidade de Itagi. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, descritiva, em escolas públicas da cidade. Participaram da pesquisa 06 professores do ensino fundamental. O instrumento para a obtenção de dados foi uma entrevista semiestruturada. A análise dos dados se deu de forma descritiva por meio de categorias. Os resultados apontam que apesar da maioria dos professores não terem participado de cursos de aperfeiçoamento, na medida do possível, conseguem fazer adequações didáticas para atender aos alunos com deficiências, entretanto acaba favorecendo também os alunos que não possuem deficiências, o que é importante, na perspectiva inclusiva.

Palavras-chave: Alunos com deficiência. Atividades. Educação inclusiva.

Introdução

O movimento de inclusão representa o resgate de direitos e dignidade de todos os excluídos, abomina todo e qualquer tipo de preconceito e discriminação. O tema da inclusão vem crescendo na esfera social e principalmente no contexto educacional, considerando que a maioria dos professores não foi e ainda não se sente preparado para esta realidade, todavia, reconhecem a

necessidade e importância da escola evoluir para pensamentos e atitudes mais humanizantes e menos excludentes.

Falar de inclusão não se restringe apenas às pessoas com deficiências físicas ou sensoriais, mas prioriza os grupos sociais menos favorecidos e destaca que todas as escolas devem acolher as pessoas, independente de suas condições pessoais, culturais ou sociais. Crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua, minorias étnicas, linguísticas ou culturais, constituem um grande desafio para os sistemas escolares. Entretanto, nesse trabalho vamos nos restringir a inclusão das pessoas com deficiência na escola regular.

O fato de a educação inclusiva estar sendo a cada dia mais debatido, sendo assunto de eventos e palestras em todo o Brasil, demonstra uma preocupação e interesse das pessoas em conhecer mais sobre o tema e a necessidade de fazer com que a inclusão de fato aconteça.

Na resolução CNE/CEB nº 2, art. 3º (2001) a educação inclusiva é definida como,

um processo educacional que assegura recursos e serviços educacionais especializados, organizados institucionalmente para apoiar e complementar os serviços educacionais comuns, a fim de promover e garantir o desenvolvimento das potencialidades do educando com necessidade educacional especial, em todas as modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p.1).

Neste contexto, em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/1996, que apresenta o Capítulo V dedicado a Educação especial. Em seus Artigos 58 a 60 determina que a educação das pessoas com necessidades especiais deve ocorrer na classe regular de ensino e que deve haver “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p.25).

A legislação vigente deixa claro que é necessário que o professor tenha uma formação na área da educação inclusiva, para que possa atuar com os alunos com necessidades educacionais especiais, pois, será difícil para o docente, dentro da sala de aula, atender cada peculiaridade encontrada. Sabemos que, apesar de ser recomendado que em uma sala de aula não tenha vários tipos de deficientes, isso não é cumprido, o que dificulta ainda mais o processo ensino-aprendizagem em sala de aula. Para reafirmar o que foi supracitado, Tessaro (2005), indicou a falta

de preparo/capacitação dos profissionais como uma das principais dificuldades para o processo inclusivo.

A legislação brasileira ampara e garante os direitos das pessoas com deficiência, entretanto não basta ter leis, é preciso mudanças de atitudes diante do preconceito e da discriminação e mudança metodológica para garantir também a aprendizagem.

Sendo assim, o olhar do professor é primordial em sala de aula, a fim de perceber as individualidades de cada um e o que será necessário adequar para promover a aprendizagem do aluno, bem como, deverá avaliar o processo continuamente (TIBALLI, 2003). Bem mais que um mediador de conteúdos, o professor precisa mediar também relações e situações, e para isso ele precisa estar preparado para assumir qualquer eventualidade.

O professor tem um papel essencial como mediador dos processos de ensino-aprendizagem. Na escola inclusiva, é ele que recebe o aluno com necessidades especiais na sala de aula. Sua atitude perante a deficiência é determinante para orientar como esse aluno, com as suas diferenças, vai ser visto pelos colegas. O professor também organiza o trabalho pedagógico e pensa estratégias para garantir que todos tenham possibilidade de participar e aprender (REILY, 2001, p.1).

O processo de acolhimento dos alunos com necessidades educacionais na escola regular pelo professor, funcionários, coordenadores, diretores e até mesmo pelos discentes irá influenciar como este aluno será visto e acolhido pelos outros e também no desempenho do mesmo, considerando que o ambiente escolar não se restringe apenas a sala de aula, mas a todo o espaço, assim, todos podem ajudar na inclusão desses alunos, garantindo um ensino de qualidade, a partir da mobilização de professores, escola e da família, para que isto ocorra naturalmente e que os resultados sejam os melhores possíveis a cada dia (MRECH, 2001).

Salientamos a importância que a família reconheça, aceite e acompanhe a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, não só em casa como também no âmbito escolar, a fim de que os filhos se sintam seguros e estimulados a aprender, mesmo enfrentando dificuldades.

Segundo Mathias (2009) para se incluir um aluno com necessidades educacionais nas escolas regulares deve-se buscar estratégias de ensino que contemplem todos os alunos da classe,

identificando que metodologias são mais adequadas e possibilitam resultados positivos para alunos com necessidades educacionais especiais.

Assim, esse artigo tem como objetivo identificar as atividades desenvolvidas nas escolas de Ensino Fundamental I na perspectiva da educação inclusiva, na cidade de Itagi.

Metodologia

A pesquisa foi realizada em escolas públicas do município de Itagi, Centro-Sul Baiano, que tem uma população demográfica de aproximadamente 13.276 habitantes (IBGE). O município possui 07 escolas municipais e 02 estaduais, sendo 08 do ensino fundamental e 01 do ensino médio. Segundo informação das secretarias das escolas (2017), estão matriculados 60 alunos com deficiência. Caracterizadas como: DI- Deficiência Intelectual, DF- Deficiência Física, PC- Paralisia Cerebral, DM- Deficiência Múltipla, ND- Deficiência não definida, DA- Deficiência Auditiva, Autistas, Síndrome de Down e Baixa Visão.

Trata-se uma pesquisa qualitativa e descritiva. Segundo Minayo (1994), a pesquisa qualitativa abrange as Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado; e descritiva quando as opiniões dos informantes são apresentadas da maneira mais fiel possível, como se os dados falassem por si só.

Participaram da pesquisa 06 professores do Ensino Fundamental I da rede municipal de ensino. A seleção dos professores deu-se de forma aleatória, conforme a disponibilidade e aceitação.

Todos os participantes possuem graduação, sendo 01 em pedagogia, 02 em letras, 01 em Ciências Biológicas e 02 não especificados.

O instrumento utilizado para a obtenção dos dados foi uma entrevista semiestruturada, “que são perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 1994, p.64)

A entrevista abordou sobre a formação dos professores, o planejamento escolar, as atividades desenvolvidas e recursos didáticos utilizados para atender as necessidades dos alunos com necessidades especiais.

Para melhor apresentação dos dados, dividimos em categorias. Os dados foram analisados

de forma descritiva, a partir dos depoimentos dos participantes.

Resultados e discussões dos dados

A partir dos depoimentos dos professores dividimos em categorias: perfil dos participantes, atividades desenvolvidas e superação das dificuldades.

Perfil dos participantes

Por meio da entrevista com os professores das escolas identificamos também a idade, o tempo de trabalho na educação e o tempo de experiência com alunos deficientes:

Quadro 01: Idade dos professores, tempo de trabalho e tempo lecionando com alunos especiais.

	Mínimo (anos)	Máximo (anos)
Idade	35	51
Tempo lecionando	14	25
Tempo com alunos especiais	0	10

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 02 – Número de professores que possuem capacitação, que elaboravam as atividades no planejamento escolar e utilizavam recursos didáticos diferenciados com os alunos especiais.

	SIM	NÃO
Possuem capacitação	1	5
Atividades elaboradas no planejamento escolar	3	3
Utilizam recursos didáticos diferenciados	3	3

Fonte: Dados da pesquisa

Observamos no quadro 01, que os professores possuem experiência na docência e também com alunos especiais, entretanto, o quadro 02 aponta que, mesmo com o tempo de experiência na educação, variando entre 14 e 25 anos, a maioria dos professores não tem capacitação em educação especial, o que dificulta adequar as atividades para os alunos que possuam alguma deficiência. Verificamos também, que alguns professores elaboram suas atividades fora do planejamento escolar, o que não é interessante, pois o planejamento/trabalho coletivo pode ajudar na resolução dos problemas e minimizar as dificuldades encontradas pelos professores em sala de aula, na perspectiva da inclusão. O trabalho coletivo e a troca de experiências são importantes para melhorar a criatividade e segurança dos professores.

Para Vasconcellos (2005), é preciso romper a visão do planejamento como normativo e de práticas isoladas do professor, é preciso entender o planejamento como “um instrumento de intervenção no real para transformá-lo na direção de uma sociedade mais justa e solidária” (p. 31).

Assim, na perspectiva inclusiva, o planejamento coletivo visa estabelecer uma relação com o contexto social, familiar e pessoal de cada aluno, no sentido de intervir na realidade, propondo práticas pedagógicas que favoreçam a participação e a aprendizagem de todos os alunos na sala de aula.

Todavia, o professor precisa se desvincular da concepção de educação tradicional, pragmática, autoritária e assim se aproximar do caráter do diálogo, da contextualização e da problematização. Nesse sentido “o saber deixa de ser considerado como propriedade de especialistas, passando-se a valorizar a construção participativa, o diálogo, o poder coletivo local, a formação da consciência crítica a partir da reflexão sobre a prática de mudanças” (VASCONCELLOS, 2005, p. 31)

Destacamos que a escola deve estar envolvida inteiramente no processo de inclusão das pessoas com deficiência na escola regular, por meio do Projeto Político Pedagógico, que deve afirmar e reafirmar ações que contribuam com o processo de aprendizagem de todos os alunos e a necessidade da participação de toda a comunidade escolar e social. Evidentemente, o movimento de inclusão implica em mudanças de concepções e de atitudes, visando não só a matrícula e permanência do aluno na escola, mas também sua aprendizagem. O professor deverá, então, pensar em metodologias e recursos didáticos capazes de atender as necessidades de aprendizagem

de cada aluno. Na perspectiva desta análise, Carvalho (2000, p. 60) esclarece que:

Examinar a prática pedagógica objetivando identificar as barreiras para a aprendizagem é um desafio a todos nós educadores que, até então, as temos examinado sob a ótica das características do aprendiz. Suas condições orgânicas e psicossociais têm sido consideradas como os únicos obstáculos responsáveis pelo seu insucesso na escola.

Atividades desenvolvidas

Procuramos saber quais eram os tipos de atividades desenvolvidas em sala de aula pelos professores e a maioria informou utilizar jogos, atividades xerocopiadas, livros didáticos e brincadeiras. Observa-se que conquanto os professores afirmem que não possuem capacitação, buscam utilizar atividades diferenciadas para motivar e promover a aprendizagem dos alunos.

As atividades estão vinculadas aos recursos didáticos diferenciados para atender as necessidades dos alunos especiais. Como afirmam os professores entrevistados:

“O aluno que tenho não requer muita adaptação” (Prof. 1).

“Sim, utilizo recursos diferenciados” (Prof. 2).

“Jogos pedagógicos, figuras X nome do mesmo, através de vídeos, revistas” (Prof. 3).

“Jogos do FNDE, vídeos, revistas...” (Prof. 4).

“Não uso” (Prof. 5)

A professora 4 refere-se a jogos de FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), Programas apoiados pelo Ministério da Educação, que desenvolvem várias ações de apoio e financiamento para a melhoria da educação brasileira. Nesse caso, os jogos didáticos são distribuídos por meio do Projeto Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e da Sala Multifuncional, que auxiliam os professores no desenvolvimento de aulas mais interativas.

Assim, independentemente do esforço de cada professor para atender e/ou adequar, inicialmente, as atividades para os alunos com deficiência, observamos que as ações não atendem especificamente aos alunos com necessidades educacionais especiais, mas abrangem todos os alunos da classe. Conforme Coll, Palácios & Marchesi (1995) os educandos especiais, devido a

suas especificidades, exigem uma atenção mais característica e maiores recursos educacionais do que os necessários para os demais alunos, considerando que o professor precisa proporcionar a participação ativa e o envolvimento de todos os alunos na aula, é de suma importância que tenha recursos que possa potencializar a aprendizagem destes alunos.

Observa-se que os professores destacam o jogo como atividade inclusiva desenvolvida em sala de aula, considerando a potencialidade do jogo para despertar o interesse, a curiosidade, a participação ativa e a aprendizagem do aluno. Segundo Grassi (2008), o termo jogo,

compreende uma atividade de ordem física ou mental, que mobiliza ações motrizes, pensamentos e sentimentos, no alcance de um objetivo, com regras previamente determinadas, e pode servir como um passatempo, uma atividade de lazer, ter finalidade pedagógica ou ser uma atividade profissional. (GRASSI, 2008 p. 70).

Além disso, os jogos são atividades lúdicas e prazerosas, que podem levar a criança a “aprender brincando”. Para Grassi (2008), por meio da brincadeira a criança vai se desenvolvendo, aprendendo e construindo.

Brincando, a criança vai elaborando teorias sobre o mundo, sobre suas relações, sua vida. Age no mundo, interage com outras crianças, com os adultos e com os objetos, explora, movimenta-se, pensa, sente, imita, experimenta o novo e reinventa o que já conhece e domina (p. 33).

Nesse sentido, os professores participantes da pesquisa, com a utilização dos jogos, tentam propiciar uma educação mais inclusiva. Todavia, não podemos cair na ingenuidade de pensarmos que a utilização dos jogos, por si só, é o bastante para a aprendizagem e inclusão das pessoas com deficiência na escola regular, é preciso também, que o professor reflita sobre as suas práticas, suas concepções e atitudes na sociedade diante da discriminação e do preconceito que ainda é muito.

Viveiros e Camargo (2006) apresentam “algumas alternativas que possam indicar caminhos para se trabalhar com Educação em Ciências, especialmente voltada para o ensino de alguns conteúdos de Física e Matemática, mas dentro de um contexto inclusivo” (p. 2). Tais caminhos apontam materiais adaptados para a situação inclusiva, utilizados em uma aula específica de eletromagnetismo, em uma turma de 8ª. Série da Escola Municipal de Ensino Fundamental, na cidade de Lençóis Paulista-SP, sendo que um dos alunos possui cegueira parcial.

Os autores relatam que foram utilizados recursos diversos, foi montado um jogo de dominó de frações (normal), cores do espectro e notas musicais (em braile), jogo de dominó de frações adaptado, gráfico confeccionado em papel e desenhado com tinta em alto relevo e uma cartela perfurada. Concluem que, “muito deva ser feito por parte da equipe escolar para que se encontrem soluções e estratégias mais adequadas para se trabalhar a inclusão escolar, em todos os níveis e no âmbito mais amplo possível” (2006, p. 7).

Superação das dificuldades

Sondamos também o que os professores faziam para atenderem as necessidades de cada aluno com deficiência, ajudando-os a superar as dificuldades:

“Adequo as atividades por nível de aprendizagem” (Prof. 1).

“Faço o que posso” (Prof. 2).

“Atividades diversificadas para cada dificuldade encontrada” (Prof. 3).

“Atividades específicas para cada dificuldade e também para cada nível silábico” (Prof. 4)

“Procuro ajuda dos colegas com mais experiência” (Prof. 5).

Neste quesito, vimos que apesar da maioria não possuir capacitação em educação especial, eles se esforçam da maneira possível, para que possam atender as necessidades de cada aluno especial.

O olhar do professor é indispensável na sala de aula, e este olhar deve ser amplo, que tenha a capacidade de ir além, de observar e captar o que não está exposto. Considerando que as peculiaridades dentro de sala de aula são imensas, cabe ao professor se adequar e, segundo Viveiros e Camargo (2006), o professor deve assumir uma postura de responsabilidade buscando todos os mecanismos, estratégias e condições, visando um ensino de qualidade para todos.

A maioria dos professores afirma que eles adequam as atividades para cada tipo de demanda, entretanto, deve-se reconhecer as dificuldades enfrentadas pelos professores, considerando, além da falta de preparo, a falta de tempo para fazer as devidas adequações. Assim, faz-se necessário que o professor busque alternativas para suprir a carência de recursos didáticos, inclusive devem recorrer às salas de recursos multifuncionais, que são salas criadas pelo MEC

para apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado aos estudantes com deficiência, matriculados em classes comuns do ensino regular, que devem contar com profissionais especializados para tal. Para isso, é fundamental que os docentes “façam levantamentos das tendências e preferências dos alunos para que melhor se possa conhecer os estilos e estratégias de cada aluno no caminho da construção do conhecimento” (SILVA; NEMBRI, 2008, p. 55)

Observamos, também, na resposta do professor 5 que, por ele não ter experiência com alunos deficientes, ele procura orientação de professores que a tenham. Ressaltamos, então, a importância do planejamento escolar, onde todos os professores serão envolvidos, podendo assim discutir sobre as atividades inerentes aos deficientes, suas dúvidas, suas perspectivas, conhecimentos e práticas. Para Menegolla & Sant’anna o planejamento,

É um instrumento direcional de todo o processo educacional, pois estabelece e determina as grandes urgências, indica as prioridades básicas, ordena e determina todos os recursos e meios necessários para a consecução de grandes finalidades, metas e objetivos da educação (MENEGOLLA & SANT’ANNA, 2001, p.40)

Ressaltamos, mais uma vez, a relevância de se estabelecer um trabalho conjunto entre os professores da sala regular e o professor da sala de recursos, considerando que as mesmas são criadas para prestar apoio não só para os alunos, mas também para orientar as atividades que serão desenvolvidas pelo professor em sala de aula, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem.

Considerações finais

Retomando o objetivo da pesquisa, que era identificar as atividades desenvolvidas nas escolas de Ensino Fundamental I, na perspectiva da educação inclusiva, na cidade de Itagi, nesse sentido, os resultados apontam que a maioria dos docentes entrevistados não participou de cursos de aperfeiçoamento, entretanto, busca “fazer o que pode”, como dito por um deles, para atender as necessidades de cada aluno com deficiência. Sendo assim, eles buscam utilizar recursos diferenciados e adaptados, principalmente os jogos educativos, o que se constitui não como um

recurso específico para os alunos com deficiência, mas atingem também os demais alunos da classe, promovendo maior interação entre os mesmos, conseqüentemente, a aprendizagem de todos.

Outro aspecto que vale destacar é a importância do desenvolvimento do trabalho/ planejamento coletivo, da troca de experiências e de buscar ajuda dos colegas para superar as dificuldades e a insegurança do professor, considerando que o processo de inclusão não ocorre de forma individual, mas exige a participação e envolvimento de todos da escola, bem como da família e da sociedade.

Apesar de alguns avanços na perspectiva da educação inclusiva na cidade investigada, os desafios ainda são muitos: oferecer formação específica para os professores; melhorar a qualidade do atendimento especializado para as pessoas com necessidades; disponibilizar recursos didáticos para a escola e outros, no sentido de atender as expectativas sociais de desenvolvimento e aprendizagem das crianças com deficiência que estão na escola regular.

Para tanto, necessitamos de novas formas de pensar e fazer educação, rompendo com a discriminação e preconceitos enraizados historicamente na humanidade, deixando de apontar os limites, valorizando e estimulando as potencialidades de cada um, desenvolvendo habilidades e competências necessárias para se desenvolverem e se incluírem integralmente na sociedade.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 1**, de 11 de fevereiro de 2001.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades educativas especiais**, Porto Alegre: Artes Médicas, v.3, 1995.

GRASSI, T. M. **Oficinas psicopedagógicas**. 2a ed. **Rev. e atual**. Curitiba: IBPEX, 2008.

MATHIAS, Daphine Ferreira. **Metodologias para o ensino de ciências direcionadas a alunos com necessidades educativas especiais**. Porto Alegre, 2009.

MENEGOLLA, Maximiliano. SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar?** 10ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MINAYO, M.C.de S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, 1994.

MRECH, Leny Magalhães. **O que é educação inclusiva**. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

REILY, Lucia Helena. **Estratégias pedagógicas na escola inclusiva**. Disponível em: <http://www.papirus.com.br/entrevista_detalle.aspx?chave_entrevista=7&menu=autores>. Acesso em 26/11/2012.

SILVA, A. C. da.; NEMBRI, A. G. **Ouvindo o silêncio: educação, linguagem e surdez**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

TESSARO, N. S. et al. Inclusão escolar: visão de alunos sem necessidades educativas especiais. **Psicol. Esc. Educ.**, v.9, n.1, Jun. 2005.

TIBALLI, E. F. A. Estratégias de inclusão frente à diversidade social e cultural na escola. In: LISITA, V. M. S. S.; SOUSA, L. F. E. C. P. (Orgs.). **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 195-208.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. São Paulo: Libertad Editora, 2005.

VIVEIROS, Edval Rodrigues e CAMARGO, Éder Pires. Ensino de ciências e matemática num ambiente inclusivo: pressupostos didáticos e metodológicos. **Anais da XVIII Semana da Licenciatura em Matemática**: São Paulo, Bauru, 2006.